



Revista Brasileira de Comércio Exterior

Ano XXXVIII

158

Janeiro,
Fevereiro e
Março de
2024

A revista da FUNCEX

NOVA INDÚSTRIA BRASIL

Relações Econômicas Brasil e China



Imagem de Christo Atretya por Pixabay

FUNCEX

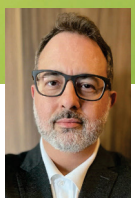


fundação
centro de estudos
do comércio
exterior

Ajudando o Brasil a expandir fronteiras

EDITORIAL**2 Cenários para 2024-2025***Miguel Lins***ENTREVISTA****4 Gustavo Amaral***Presidente da Fundação Severino Sombra***COMENTÁRIO INTERNACIONAL****12 Nona economia do mundo, mas podemos ir além***George Vidor***MARCA-BRASIL****14 Música no Museu, um elo na divulgação internacional do Brasil***Sergio Costa e Silva***PERSPECTIVAS ECONÔMICAS****19 O Brasil e o G20***Paulo Roberto de Almeida***22 Riscos geopolíticos: a instabilidade dos mercados de energia permanece em 2024***Luis Augusto Medeiros Rutledge***RELAÇÕES ECONÔMICAS BRASIL E CHINA****26 Fortalecendo laços comerciais: o papel das instituições no comércio bilateral Brasil-China***Alexandre Coelho e Rafaella Mello***36 Uma nova cultura exportadora para a China***Thais Moretz Sohn Fernandes***NOVA INDÚSTRIA BRASIL****44 Nova Indústria Brasil: uma avaliação crítica da nova política industrial brasileira***Andre Nassif***56 Redução de custos e agilidade no comércio exterior brasileiro na Base da Indústria de Defesa e de Energia Nuclear à serviço da Neoindustrialização***Frederico Teixeira***64 Sugestões para missão orientada para inovar e exportar dispositivos médicos do Brasil***Abdul Temporário*

Fortalecendo laços comerciais: o papel das instituições bilaterais e multilaterais nas relações entre Brasil e China



Alexandre Coelho



Rafaela Mello

INTRODUÇÃO

Num mundo interconectado, as relações comerciais Brasil-China são emblemáticas da dinâmica econômica global. A saída da presidente Dilma Rousseff levantou questionamentos sobre a continuidade dessa parceria estratégica. Entretanto, o que se observou foi uma resiliência e o fortalecimento nos laços comerciais, transcendentais às mudanças políticas, inclusive durante e após a gestão de Michel Temer.

Nesse contexto, este artigo apresenta uma análise das relações bilaterais entre Brasil e China, destacando o papel crucial das instituições, que incluem organizações e acordos tanto bilaterais quanto multilaterais, e como elas contribuem para a estabilidade e expansão do comércio entre ambas as nações, mesmo diante de alterações no cenário político e crises internacionais.

ANÁLISE DOS DADOS COMERCIAIS: GOVERNOS TEMER, BOLSONARO E LULA

Durante o governo de Michel Temer, o intercâmbio comercial Brasil-China, no intervalo de janeiro a outubro de 2017, alcançou a cifra expressiva de aproximadamente 64 bilhões de dólares americanos, representando um incremento de 28% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Essa balança comercial revelou um superávit favorável ao Brasil de 18,7 bilhões de dólares. No ano seguinte, essa trajetória ascendente se manteve, estabelecendo novos patamares. Entre janeiro e outubro de 2018, a soma do comércio bilateral atingiu 83 bilhões de dólares, um aumento de 30% em relação ao ano precedente. As exportações do Brasil para a China apresentaram um crescimento

.....

Alexandre Coelho é Doutor em Relações Internacionais pelo IRI-USP. Mestre em Direito e Desenvolvimento Econômico pela FGV-SP. Secretário do Comitê de Pesquisa em Estudos Asiáticos e do Pacífico da International Political Science Association (IPSA). Membro do Núcleo de Estudos em Política e Economia Internacional da USP (Nepei). Especialista não residente da think tank Observa China. Atuou ainda como Pesquisador no Centro de Comércio Global e Investimentos da Escola de Economia da FGV-SP (CCGI) e foi ex-consultor jurídico do Banco da China.

Rafaela Mello é Mestre em Relações Internacionais pelo IRI-PUC Rio e graduada em Relações Internacionais na Universidade Católica de Petrópolis (UCP). Foi professora substituta na UFRJ e assistente de pesquisa no Laboratório de Cooperação e Financiamento para o Desenvolvimento (Lacid) no BRICS Policy Center.



robusto de 29%, totalizando 53,2 bilhões de dólares, enquanto as importações brasileiras originárias da China também experimentaram um significativo avanço de

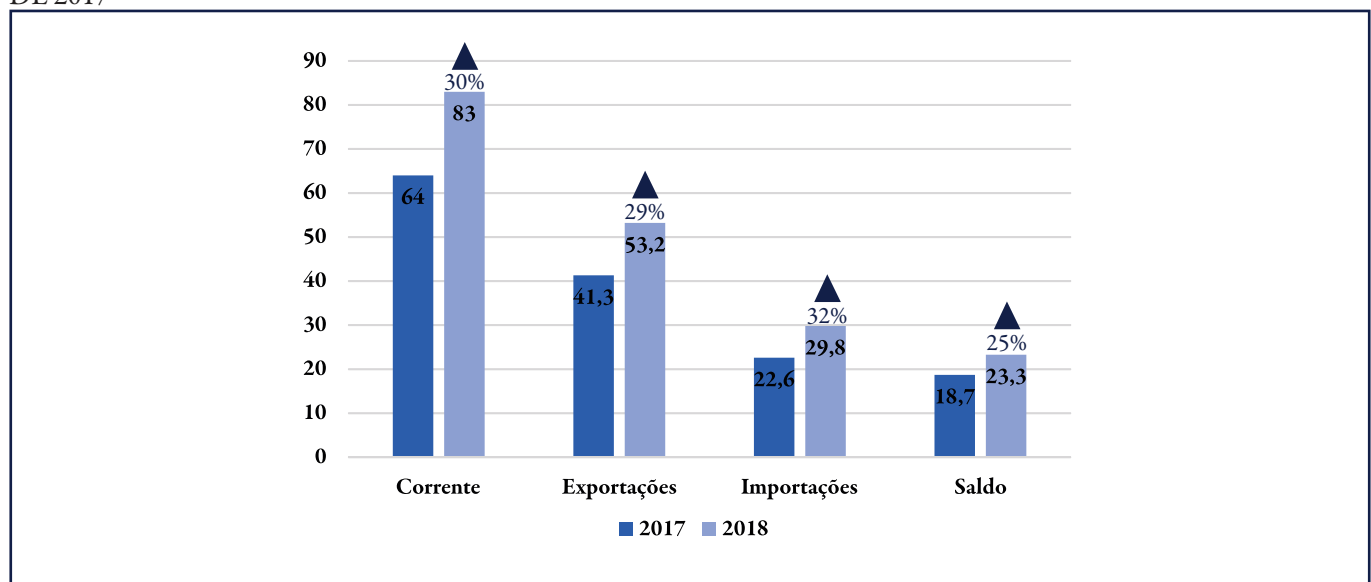
32%, somando 29,8 bilhões de dólares, conforme dinâmica ilustrada no Gráfico 1.¹

Durante a gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022), as relações comerciais entre Brasil e China mantiveram similar padrão de crescimento, a despeito do cenário de tensões políticas e desafios impostos pela pandemia da Covid-19. As trocas comerciais alcançaram cifras recordes, impulsionadas tanto pela importação de produtos chineses quanto pela exportação de *commodities* brasileiras. Até outubro de 2022, as importações brasileiras da China atingiram o montante de 51 bilhões de dólares, ultrapassando o total de 2021, que foi de 47,6 bilhões de dólares. As exportações, por sua vez, registraram 83,4 bilhões de dólares entre janeiro e novembro de 2022, refletindo um aumento de 1,2% em relação aos primeiros 11 meses de 2021. Esses números destacam a resiliência do comércio bilateral em tempos de adversidade, conforme ilustrado na Tabela 1.²

Em síntese, apesar das intermitentes tensões e de uma retórica às vezes contundente por parte de membros do governo Bolsonaro e representantes chineses, as conexões diplomáticas de alto nível persistiram. Um marco representativo dessa resiliência foi a realização da VI Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban) em maio de 2022,

GRÁFICO 1

BALANÇA COMERCIAL: JANEIRO-OUTUBRO DE 2018 EM COMPARAÇÃO COM JANEIRO-OUTUBRO DE 2017



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Elaboração: Conselho Empresarial Brasil-China - CEBC (2018).

¹ Quanto aos dados, ver CEBC (2018).

² Quanto aos dados, ver Cariello (2022).

TABELA 1

EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA OS PRINCIPAIS DESTINOS: JANEIRO-NOVEMBRO DE 2022
(US\$ BILHÕES)

País	2022	2021	Variação % (2022/2021)	Participação % 2022	Participação % 2021
China	83,4	82,4	1,2	27,0	32,1
Estados Unidos	33,8	27,9	21,2	11,0	10,9
Argentina	14,4	10,7	33,9	5,0	4,2
Países Baixos	11,1	8,4	32,2	3,6	3,3
Espanha	9,1	5,0	80,6	3,0	2,0
Chile	8,4	5,9	41,7	2,7	2,3
Singapura	7,7	5,3	47,0	3,0	2,0
México	6,4	5,0	29,3	2,1	1,9
Japão	6,1	5,0	20,3	2,0	2,0
Alemanha	5,9	4,6	27,7	1,9	1,8
Índia	5,7	4,3	31,7	2,0	1,7
Coreia do Sul	5,6	4,9	14,7	1,8	1,9
Canadá	4,9	4,4	9,8	2,0	1,7
Colômbia	4,6	3,0	54,1	1,5	1,2
Itália	4,4	3,6	23,9	1,0	1,4
Bélgica	4,1	3,0	34,2	1,3	1,2
Irã	4,0	1,8	125,5	1,0	0,7
Portugal	3,9	2,5	52,8	1,3	1,0

Fonte: Ministério da Economia. Elaboração: CEBC (2022).

com a presença do vice-presidente Hamilton Mourão. Esse evento simbolizou, à época, a continuidade e o pragmatismo nas relações bilaterais.

No ano de 2023, sob a nova administração de Lula, o Brasil experimentou uma expansão contínua em sua dinâmica de exportações, consolidando uma trajetória de robustez no comércio com a China. As exportações atingiram um patamar inédito de 95 bilhões de dólares, superando os números já impressionantes dos anos anteriores, conforme Gráfico 2. No *front* das importações, o crescimento foi notadamente marcado pelo setor automobilístico, com um salto de 431% na aquisição de veículos chineses.³

Os sucessivos avanços comerciais entre Brasil e China, desafiando divergências ideológicas e políticas como as observadas durante o governo Bolsonaro, refletem a resiliência de uma parceria que caminha para meio século de existência. Desde 2009, a China não só se afirmou

como nosso maior parceiro comercial, superando uma hegemonia americana de 80 anos, mas também se consolidou como um investidor crucial na economia brasileira. Essa longa e frutífera relação comercial ressalta a importância estratégica da China para o Brasil.

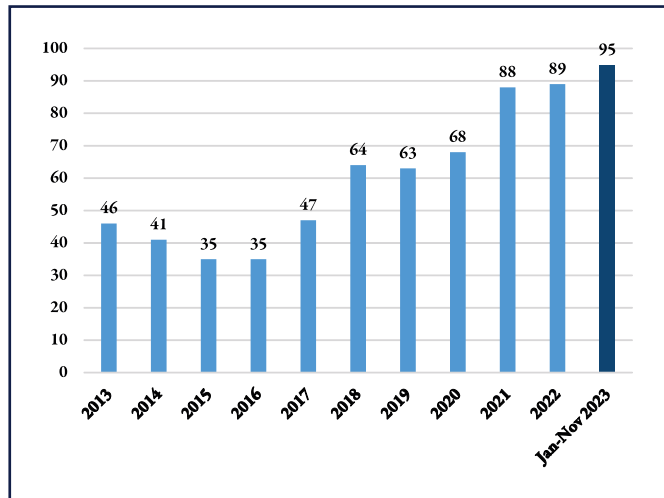
Em retrospectiva, a interação econômica Brasil-China tem-se mostrado surpreendentemente estável e produtiva, transcendendo ciclos políticos e absorvendo os impactos de turbulências financeiras globais, como a crise de 2008.

Quais os motivos que contribuem para essa estabilidade e para os contínuos recordes nas trocas comerciais entre Brasil e China?

A continuidade e o dinamismo dos recordes comerciais entre os dois países podem ser atribuídos a múltiplos fatores. O pragmatismo econômico e os objetivos compartilhados emergem como pilares fundamentais,

³ Quanto aos dados, ver Amigo (2023).

GRÁFICO 2

EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA A CHINA
(US\$ BILHÕES)


Fonte: Ministério da Economia.

Elaboração: CEBC (2023).

sustentados pela capacidade produtiva do Brasil em atender à demanda chinesa por *commodities*, como soja e minério de ferro. Parcerias estratégicas em áreas vitais como meio ambiente, infraestrutura e colaborações tecnológicas, exemplificadas pelo projeto CBERS de satélites, são também determinantes.⁴ Entretanto, entre essas causas, incluímos o caráter profundamente institucionalizado do relacionamento entre Brasil e China, identificando-o como um dos pilares que sustentam a solidez e o êxito dessa parceria estratégica.

A PARCERIA ESTRATÉGICA, A COSBAN E OS DIÁLOGOS GLOBAIS ESTRATÉGICOS

Podemos traçar as origens desse relacionamento institucionalizado a partir do lançamento da Parceria Estratégica, em novembro de 1993, durante a visita do presidente chinês Jiang Zemin ao Brasil.⁵ Esse movimento foi impulsionado pelo contexto pós-Guerra Fria, com a China buscando novas alianças diante das tensões com os Estados Unidos após o colapso da União Soviética e das medidas de retaliação adotadas pela administração

Clinton. O Brasil, por sua vez, vislumbrava capitalizar sobre o *boom* econômico chinês, ampliando as exportações e beneficiando-se do crescente apetite chinês por recursos naturais essenciais, como minério de ferro de alta qualidade, petróleo e produtos agrícolas.

Trata-se da primeira relação dessa natureza estabelecida pela China, antecedendo acordos com outras nações como França, Reino Unido, Bolívia e Argentina. O estabelecimento dessa aliança estratégica demonstrou um reconhecimento recíproco do vasto potencial para uma colaboração extensa e duradoura. Com a intenção declarada de intensificar e elevar o nível das relações bilaterais, a Parceria Estratégica englobou uma gama diversificada de setores, destacando-se a continuidade do projeto CBERS e a amplificação dos vínculos comerciais.

Conforme o professor Hao Su, da *China Foreign Affairs University*,⁶ a essência da Parceria Estratégica sino-brasileira pode ser compreendida por meio de quatro pilares:

- (i) a recusa de hostilidade;
- (ii) a adesão a premissas alinhadas;
- (iii) o impulso para cooperação em interesses compartilhados; e
- (iv) a implementação de ações concretas para fortalecer os laços bilaterais.

Essa filosofia transformou-se em ação efetiva com a criação da Cosban em 2004, sob a liderança de Luís Inácio Lula da Silva e Hu Jintao, solidificando a Parceria Estratégica como o vértice da diplomacia e cooperação entre os dois países. Trata-se da mais elevada instância de acompanhamento e implementação da agenda bilateral entre o Brasil e a China. Durante as reuniões, a Comissão seria presidida pelo vice-presidente da República, pelo lado brasileiro, e por um vice primeiro-ministro do Conselho de Estado, do lado chinês.

Na ocasião, os representantes dos dois países adotaram quatro princípios norteadores para o aprofundamento das relações bilaterais:

- (i) o fortalecimento da confiança política mútua, assegurada por um diálogo equitativo;
- (ii) a expansão do comércio e investimentos de maneira a gerar benefícios mútuos;

⁴ Com relação ao Programa de Satélites, ver CBERS (2018).

⁵ Para mais detalhes sobre os bastidores do lançamento da Parceria Estratégica, ver Biato Junior (2010).

⁶ Hao (2009).

- (iii) o fomento da cooperação em arenas internacionais, com especial atenção à sinergia nas negociações; e
- (iv) a intensificação do intercâmbio cultural e social.

Em 2006, a reunião inaugural da Cosban foi realizada em Pequim, onde se avaliou o comércio bilateral do ano anterior. Com um salto para 12,1 bilhões de dólares, o comércio sino-brasileiro viu – em 2005 – um incremento de 33,19% comparado a 2004, com o Brasil exportando 6,83 bilhões e, importando, 5,35 bilhões de dólares da China. A agenda da Cosban transcendeu a análise de dados, abordando estratégias para elevar as exportações de minério de ferro e soja e diversificar a pauta com produtos de maior valor agregado, como aviões e equipamentos industriais, incentivando também o estabelecimento de mais *joint-ventures* entre companhias dos dois países.

Em uma análise sobre o contínuo fortalecimento das relações entre Brasil e China, o embaixador José Alfredo Graça Lima sublinhou que os sucessivos recortes de exportações brasileiras para a China refletiam não apenas o empenho mútuo, mas também uma estrutura institucional “azeitada” entre as duas nações. Ele destacou essa dinâmica colaborativa particularmente durante a visita de Estado do presidente chinês Xi Jinping em 2014, o que evidenciou a importância da Cosban como plataforma de diálogo para altos representantes brasileiros e chineses.

O embaixador Graça Lima realçou também o papel vital do primeiro Diálogo Estratégico Global (DEG) em 2014 como uma plataforma de diálogo e acompanhamento da agenda bilateral entre Brasil e China. O

“

A diversificação da pauta exportadora brasileira, além de manter os êxitos do agronegócio, deve se alinhar com novas estratégias, incluindo aí a diversificação monetária por meio do uso do renminbi, conforme mencionado no Plano Decenal

”

DEG foi constituído em 2012, ano em que os quatro pilares da Parceria Estratégica foram renovados, passando agora a ser denominada Parceria Estratégica Global, ocasião em que também se firmou no âmbito dessa Parceria o Plano Decenal de Cooperação (2012-2021), bem como diversos outros mecanismos de consulta, essenciais para o aprimoramento das relações comerciais e diplomáticas.⁷

O PLANO DECENAL DE COOPERAÇÃO (2012-2021) E O PLANO ESTRATÉGICO (2022-2031)

Um importante componente institucional das relações comerciais entre Brasil e China, os acordos diplomáticos, evidenciados pelo Plano Decenal de Cooperação (2012-2021) e o subsequente Plano Estratégico (2022-2031), têm sido fundamentais para a expansão do comércio bilateral. Esses acordos refletem um compromisso mútuo de longo prazo com a cooperação econômica, que é crucial para estabelecer políticas comerciais estáveis, reduzir barreiras tarifárias e facilitar acordos de comércio. Esse entendimento diplomático favorece a criação de um ambiente propício ao investimento e ao intercâmbio comercial, permitindo aos dois países desenvolver e aprofundar suas relações comerciais em setores estratégicos, como infraestrutura, tecnologia e agricultura, independentemente das flutuações políticas internas ou tensões externas.

Relações diplomáticas tensas afetam negativamente o comércio internacional. Disputas ou conflitos podem resultar em sanções comerciais ou embargos, restringindo o comércio e causando aumentos de preços, escassez de mercadorias e retração econômica. As tensões diplomáticas, como as vivenciadas entre Estados Unidos e China, podem desencadear guerras comerciais, com a imposição recíproca de altas tarifas que perturbam cadeias de suprimentos globais e afetam a estabilidade econômica mundial.

Sob essa perspectiva, o Plano Decenal entre Brasil e China estabeleceu metas ambiciosas de cooperação financeira e comercial, destacando-se o apoio mútuo ao desenvolvimento das relações entre a B3 (antiga BM&F Bovespa) e as contrapartes chinesas. Ressaltou-se também no referido Plano a iniciativa de estudos para o uso

⁷ Graça Lima (2016) e Ministério das Relações Exteriores (2024).

de moedas locais no comércio bilateral, visando a maior eficiência e independência do dólar. Além disso, enfatizou-se novamente o empenho do Brasil em diversificar sua pauta exportadora, com especial atenção ao incremento de bens de alto valor agregado para o mercado chinês.

São temas importantes aportados para o Plano Decenal, mostrando que a relação bilateral não está isenta de desafios e complexidades. Essa complexidade fica exposta pela concorrência com outros competidores agrícolas globais, tais como os Estados Unidos e a União Europeia. Assim, a diversificação da pauta exportadora brasileira, além de manter os êxitos do agronegócio, deve se alinhar com novas estratégias, incluindo aí a diversificação monetária por meio do uso do renminbi, conforme mencionado no Plano. Essa estratégia de multialinhamento monetário foi materializada pelo memorando de entendimento assinado em 2023 entre o Banco Central do Brasil e o Banco do Povo da China, estabelecendo diretrizes para transações comerciais compensadas diretamente por moedas locais, tais como a moeda chinesa, o que permitirá a redução dos custos transacionais e o fortalecimento da competitividade das empresas brasileiras no comércio com a China. No caso, esse recente acordo entre os bancos centrais pode ser considerado não só um marco, cuja importância estratégica para os dois países foi anotada no Plano Decenal, mas também um exemplo que se alinha com os novos objetivos estabelecidos no Plano Estratégico 2022-2031.

Esse esforço conjunto é reconhecido pelo embaixador Rubens Barbosa, presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior, cuja análise da VI Sessão Plenária da Cosban, realizada em maio de 2022, apontou para essa continuidade estratégica nas relações bilaterais e para uma grande diversidade de assuntos de interesse para os dois países.⁸

POR QUE INSTITUIÇÕES SÃO IMPORTANTES?

Unindo as percepções dos embaixadores, observa-se uma valoração do caráter institucional das relações Brasil-China, que, segundo Barbosa, é caracteristicamente distinto e avançado em comparação a outras parcerias diplomáticas do Brasil. A combinação das estruturas existentes, tais como a Cosban e o DEG e dos novos

“

No caso do Brasil e da China, a Cosban serve como uma plataforma essencial para o diálogo estratégico, abrindo canais para discutir e planejar o futuro da parceria comercial.

Não se pode negar a importância do envolvimento do alto escalão entre os líderes dos dois países no trajeto das relações sino-brasileiras

”

planos estratégicos demonstra a dedicação contínua e focada de ambos os países em uma colaboração bilateral que é, sem dúvida, um modelo de engajamento internacional.

Entendemos que a institucionalização fornece um arcabouço estável para a interação contínua, permitindo que ambos os lados naveguem por complexidades e desafios com maior previsibilidade e confiança. No caso do Brasil e da China, a Cosban serve como uma plataforma essencial para o diálogo estratégico, abrindo canais para discutir e planejar o futuro da parceria comercial. Não se pode negar a importância do envolvimento do alto escalão entre os líderes dos dois países no trajeto das relações sino-brasileiras. Essa interação de alto nível é uma variável fundamental no estabelecimento e manutenção das relações políticas, econômicas e, particularmente, comerciais entre a China e o Brasil. Primeiramente, a interação direta e pessoal entre líderes nacionais favorece a construção de relações de confiança, imprescindível para a resolução de disputas e a colaboração em assuntos complexos que, por vezes, desafiam a diplomacia convencional. Em segundo lugar, o engajamento do alto escalão favorece a criação de um entendimento mútuo mais profundo entre as nações, o que é crucial para reduzir tensões, prevenir mal-entendidos e evitar conflitos desnecessários, criando um ambiente mais propício para a cooperação e o progresso mútuo. Consequentemente, essas conexões de alto nível entre líderes nacionais acabam por estimular o comércio e os investimentos entre os países.

⁸ Barbosa (2022).

Os Diálogos Estratégicos, por sua vez, permitem discussões profundas e concretas sobre assuntos específicos e questões de interesse mútuo, incluindo comércio, investimentos e políticas econômicas, facilitando a identificação de oportunidades e a mitigação de riscos. Com canais de consulta abertos, os dois países podem compartilhar informações cruciais e coordenar posições sobre questões globais e regionais que possam afetar suas economias e o comércio bilateral.

Planos estratégicos detalhados, como o Plano Estratégico 2022-2031 e o Plano Executivo 2022-2026, estabelecem objetivos claros e definem as prioridades para a cooperação bilateral, incluindo metas de comércio e investimento. Isso ajuda a alinhar as expectativas e estratégias de ambos os países.

Em suma, essas estruturas institucionais são benéficas para manter os fluxos comerciais saudáveis por várias razões:

- (i) continuidade e consistência: instituições sólidas garantem que as políticas e os acordos comerciais sobrevivam às mudanças políticas e aos ciclos eleitorais, dando continuidade às práticas comerciais estabelecidas;
- (ii) resolução de disputas: mecanismos formais de diálogo e resolução de disputas permitem que os países abordem e resolvam rapidamente as barreiras comerciais e os desentendimentos, minimizando interrupções no comércio;
- (iii) ajustes às mudanças globais: em um mundo em constante mudança, as relações institucionalizadas permitem que o Brasil e a China ajustem suas políticas comerciais em resposta a novas condições econômicas ou regras de comércio internacional;

“

O CEBRICS atua como uma ponte entre os setores privados do Brasil e da China, incentivando o diálogo empresarial e promovendo o desenvolvimento de negócios bilaterais e projetos de investimento, bem como *joint-ventures* e outras iniciativas empresariais

”

(iv) confiança mútua: a consistência e a previsibilidade promovidas por relações institucionalizadas constroem confiança, o que é essencial para a expansão do comércio e a atração de investimentos;

(v) desenvolvimento coordenado: os Planos Estratégicos permitem o desenvolvimento coordenado de setores de interesse mútuo, alavancando as complementaridades econômicas dos dois países; e

(vi) adaptação a novas oportunidades: instituições flexíveis e adaptáveis facilitam a exploração de novas oportunidades de comércio que surgem de inovações tecnológicas e mudanças nos padrões de consumo.

AS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS

É importante notar ainda que essa relação institucionalizada entre Brasil e China transcende o âmbito bilateral, estendendo-se ao contexto multilateral por meio de iniciativas como o BRICS e agora BRICS Plus, o Conselho Empresarial do BRICS (CEBRICS), o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS (NDB) e o G20. A arquitetura institucional fornecida por essas instituições amplifica a cooperação, a coordenação política e o desenvolvimento econômico entre os membros, oferecendo uma dimensão adicional de suporte institucional para as relações bilaterais sino-brasileiras.

O BRICS serve como um fórum para os países emergentes articularem políticas econômicas e adotarem posturas unificadas em questões globais, o que pode resultar em um ambiente comercial mais favorável para seus membros. Por sua vez, o CEBRICS atua como uma ponte entre os setores privados do Brasil e da China, incentivando o diálogo empresarial e promovendo o desenvolvimento de negócios bilaterais e projetos de investimento, bem como *joint-ventures* e outras iniciativas empresariais.

O CEBRICS foi criado em 2013, sendo resultado do processo de fortalecimento do fórum empresarial do BRICS que vem acontecendo todos os anos, desde 2010. A partir desses encontros, relatórios anuais descrevem e sinalizam os problemas encontrados e as soluções são recomendadas às esferas governamentais do BRICS, em forma de recomendações a serem implementadas. Entre os seus membros, empresas brasileiras, chinesas, indianas, russas e sul-africanas.⁹

⁹ Stuenkel (2017).

É possível destacar algumas realizações do CEBRICS que impactam diretamente nas relações comerciais, entre elas:

- (i) a expedição de vistos de negócios;
- (ii) a cooperação na harmonização de normas técnicas; e
- (iii) a cooperação nas regulações dos países.

Além disso, cabe salientar algumas convergências entre o CEBRICS e o NDB. A criação do mecanismo de financiamento do BRICS foi uma demanda do conselho desde o primeiro relatório divulgado pelos grupos empresariais, sinalizando para uma grande demanda por projetos de infraestrutura para apoiar as relações de negócio. Após a fundação do NDB, foram encaminhadas pelo CEBRICS diversas recomendações para a equipe executiva da instituição, a fim de expressar agendas prioritárias, que acabaram sendo refletidas nos financiamentos realizados pelo banco.

Nesse caso, o NDB torna-se uma fonte vital de financiamento para projetos que podem transformar a infraestrutura brasileira, reduzindo o “custo Brasil” e melhorando a competitividade dos produtos brasileiros no mercado

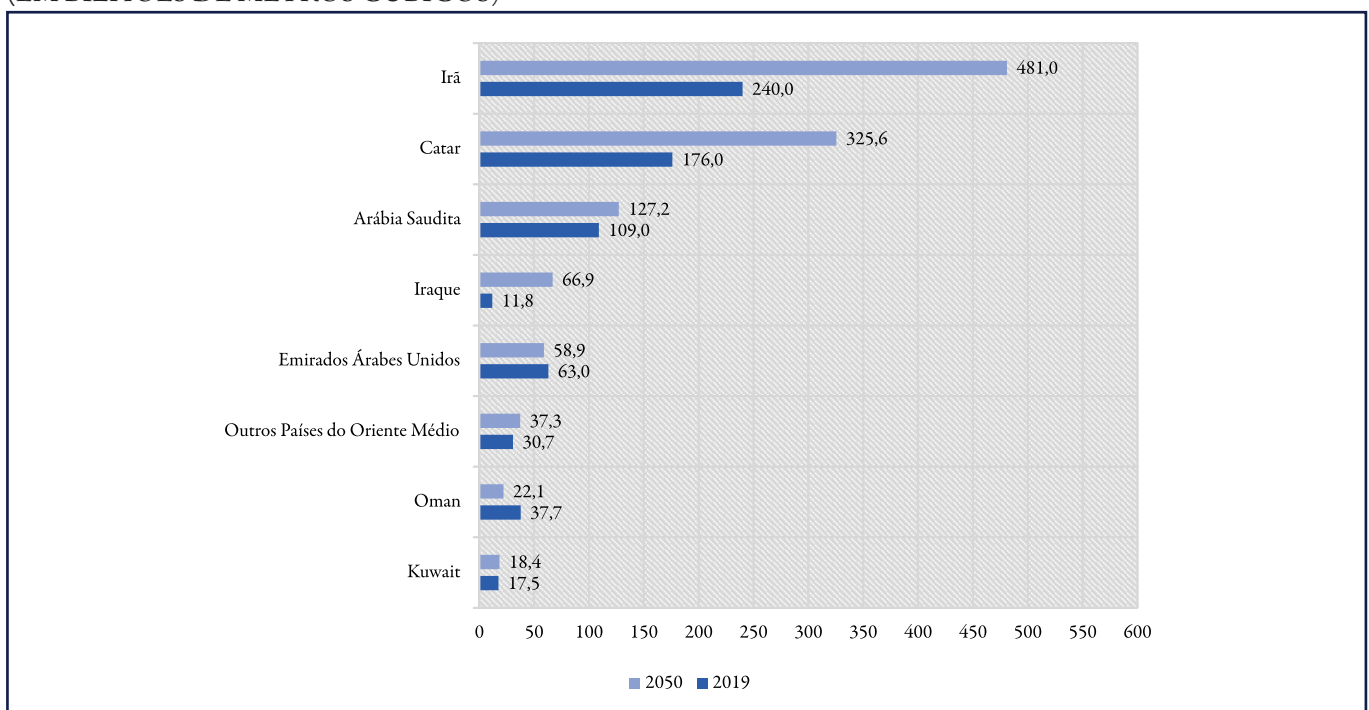
internacional. A redução desses custos logísticos, notadamente transportes, pode resultar em preços mais baixos para os bens e serviços brasileiros, aumentando sua atratividade e expandindo as exportações.

Um exemplo nessa direção é um projeto aprovado em 2019 para o Brasil, que teve o objetivo de melhorar a infraestrutura de transporte na região Norte do país. Considerando a posição da China como maior parceiro comercial do Brasil, é possível considerar que esse projeto teve efeitos positivos no escoamento da produção de minério brasileiro para a China. Portanto, o projeto ilustra o papel do NDB como catalisador de financiamentos estratégicos para ampliar a conectividade entre as economias e favorecer as relações comerciais.

A recente ampliação do BRICS, com a inclusão de países como Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos em janeiro de 2024, marca uma nova era para o bloco. O modelo de cooperação bilateral entre Brasil e China, cristalizado em iniciativas como o Plano Decenal e o Plano Estratégico, emerge como um marco que pode inspirar as relações multilaterais do BRICS Plus. A transferência dessa abordagem para o BRICS Plus poderia não só realçar o comércio e a integração econômica entre seus

GRÁFICO 3

PRODUÇÃO DE GÁS NATURAL DO MÉDIO ORIENTE EM 2019, COM PREVISÃO PARA 2050, POR PAÍS
(EM BILHÕES DE METROS CÚBICOS)



Fonte: Puri-Mirza - Statista (2024).

membros, mas também catalisar um desenvolvimento econômico alinhado às particularidades de cada nação, promovendo assim um progresso coletivo e sustentável.

Por exemplo, a consolidação de uma relação institucionalizada no BRICS Plus abre caminhos para uma colaboração energética estratégica. A expertise do Irã em gás natural, aliada à produção da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos, conforme indicado no Gráfico 3, podem ser pilares para a segurança energética do bloco. Uma estrutura cooperativa bem-definida pode maximizar o aproveitamento desses recursos, contribuindo para a autossuficiência energética e estabilidade econômica da parceria expandida.¹⁰

A integração do Egito e da Etiópia ao BRICS Plus reforça o bloco com vantagens logísticas e potenciais de crescimento econômico. O Egito, alavancando sua posição estratégica e o controle do Canal de Suez, é vital para otimizar a logística e o comércio marítimo global. Por outro lado, a Etiópia, uma das economias mais dinâmicas da África, apresenta possibilidades em setores como agricultura e indústria têxtil.¹¹ A cooperação estruturada com essas nações pode ampliar significativamente o acesso a mercados emergentes, dinamizar o comércio dentro do bloco e aumentar a capacidade do grupo de enfrentar desafios econômicos globais com maior resiliência.

“

A integração do Brasil como líder do G20 em 2024 reforça sua posição como mediador estratégico, capaz de articular políticas que refletem os objetivos do bloco, ao mesmo tempo que impulsiona a agenda de comércio e o desenvolvimento sustentável

”

Ao assumir a presidência do G20 em 2024, o Brasil está em posição privilegiada para impulsionar a formulação e a implementação de políticas comerciais alinhadas com as visões do BRICS e do bloco expandido, o BRICS Plus. Essa liderança possibilita ao Brasil fomentar um ambiente de negócios propício ao equilíbrio e à dinâmica comercial, potencializando as relações já sólidas com a China e incentivando a expansão de novas parcerias. Isso promoverá uma colaboração econômica mais abrangente e maximizará os benefícios recíprocos em comércio e investimento, utilizando a plataforma institucional do G20 para consolidar a influência do bloco no cenário econômico global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações institucionais entre Brasil e China, fundamentadas em estruturas como a Cosban, os Diálogos Estratégicos Globais (DEGs), e os Planos Estratégicos, exemplificam a cooperação bilateral avançada que vai além de acordos comerciais. Tais estruturas são desenhadas para endereçar uma ampla gama de interesses comuns — desde questões comerciais e investimentos até colaborações em ciência e tecnologia. Por meio dessas iniciativas, ambos os países consolidaram um diálogo estratégico que permite uma resposta coordenada e eficaz às volatilidades econômicas e políticas globais, garantindo a continuidade e a expansão dos fluxos comerciais.

No âmbito multilateral, a participação ativa no BRICS, BRICS Plus, CEBRICS, NDB e G20 amplifica o alcance e a influência de tais relações, projetando as sinergias bilaterais para uma esfera mais ampla que inclui novas economias emergentes. A integração do Brasil como líder do G20 em 2024 reforça sua posição como mediador estratégico, capaz de articular políticas que refletem os objetivos do bloco, ao mesmo tempo que impulsiona a agenda de comércio e o desenvolvimento sustentável. Assim, a colaboração institucional entre Brasil e China pode servir como um modelo de engajamento econômico que promoveria não só a estabilidade, mas também um crescimento econômico compartilhado entre os países do BRICS lus.

¹⁰ Puri-Mirza (2024) e Gilmore (2023).

¹¹ OECD; FAO (2023), Grupo Banco Africano de Desenvolvimento (2023) e ZELEKE, M. *et al.* (2019).

REFERÊNCIAS

- AMIGO, C. Exportações brasileiras para a China e superávit comercial com o país batem recorde histórico com o ano ainda em curso. In: ARBACH, J. Como o *powershoring* pode ampliar e sofisticar as relações econômicas entre Brasil e China? *Carta Brasil-China*. Conselho Empresarial Brasil-China, CEBC. 36. ed. Rio de Janeiro, dez. 2023.
- BARBOSA, R. Relações Brasil-China. O Estado de São Paulo, 22 jun. 2022.
- BIATO JUNIOR, O. *A parceria estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)*. FUNAG. Brasília, 2010.
- CARIELLO, T. Com ano ainda em curso, importações com origem na China batem recorde. In: CARIELLO, T.; TREVISAN, C. Transição no Brasil e na China – o que esperar para as relações bilaterais. *Carta Brasil-China*. Conselho Empresarial Brasil-China, CEBC. 33. ed. Rio de Janeiro, dez. 2022.
- CBERS – CHINA-BRAZIL EARTH RESOURCES SATELLITE. *Satélite sino-brasileiro de recursos terrestres*. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. INPE, 2018. Disponível em: <http://www.cbbers.inpe.br/sobre/index.php>.
- CEBC - Uma nova visão chinesa sobre o Brasil. Entrevista com o embaixador da China no Brasil. *Carta Brasil-China*, Conselho Empresarial Brasil-China, CEBC. 21. ed. Rio de Janeiro, nov. 2018.
- GILMORE, A. *COP28: how are gulf sovereign wealth funds investing in the energy transition?* Net Zero Investor, 2023. Disponível em: <https://www.netzeroinvestor.net/news-and-views/cop28-how-are-gulf-sovereign-wealth-funds-investing-in-the-energy-transition>.
- GRAÇA LIMA, J. A. Perspectivas das relações sino-brasileiras após a visita do presidente Xi Jinping. In: *Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas*. Ministério das Relações Exteriores. Funag, Brasília, 2016.
- GRUPO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO. *Economia de África cresce mais que a previsão mundial para 2023 e 2024*. Relatório bianual do Banco Africano de Desenvolvimento. 2023.
- HAO, S. Harmonious world: the conceived International order in framework of China's foreign affairs. In: IIDA, M. *China's shift: global strategy of the rising power*. [s.l.] National Institute for Defense Studies, 2009.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *República Popular da China*. Comunicado de 1 de julho de 2014, atualizado em 4 de janeiro de 2024.
- OECD – ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT; FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. *OECD FAO Agricultural Outlook 2023-2032 – Ch.10 – Cotton*. 2023.
- PURI-MIRZA, A. P. *Natural gas industry in the Middle East - statistics & facts*. Statista, 2024. Disponível em: <https://www.statista.com/topics/6585/middle-east-natural-gas-industry/#topicOverview>.
- STUENKEL, O. *BRICS: o futuro da ordem global*. 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- ZELEKE, M. *et al.* Cotton production and marketing trend in ethiopia: a review. *Cogent Food & Agriculture*, v. 0, n. 0, 14 nov. 2019.

.....